

atarde.com.br/colunista/direitoejustica
direitoejustica@grupoatarde.com.br

**Sem limite
de idade**

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Ingressou no Ministério Público da Bahia em 1991, atuando como Promotor de Justiça em diversas comarcas. Em 2014, foi promovido a Procurador de Justiça, integrando o Conselho Superior do MP em três biênios.

ARGADOR:
COM A
QUIDADE



Sempre guiado pela busca da verdade e da justiça, o MP defende os vulneráveis sem ceder a pressões midiáticas ou clamor público. Foi nessa instituição que apromorei meu compromisso com a justiça, priorizando o diálogo e a orientação na efetivação das políticas públicas

Assom-TJBA / Divulgação

to-me grato pelo reconhecimento e pela confiança depositada na minha trajetória, desde a eleição no Tribunal Pleno até a escolha pelo Governador.

Quais aprendizados mais marcantes do período no Ministério Público que o senhor pretende trazer para sua atuação como desembargador?

A atuação no Ministério Público oferece uma perspectiva única ao Desembargador que ingressa pelo quinto constitucional.

A Lei Maria da Penha se aplica a vítimas mulheres, independentemente da idade, prevalecendo sobre o ECA em casos de violência doméstica. A decisão foi do STJ.

O TPA realizará na próxima sexta-feira, uma inspeção ordinária na Vara de Registros Públicos da Comarca de Salvador. A ação, determinada pelo corregedor de justiça, desembargador Roberto Maynard Frank, será conduzida pelos juizes auxiliares da Corregedoria Geral da Justiça.

TRT5 e novas ações

A Justiça do Trabalho na Bahia registrou um aumento significativo no número de novas ações trabalhistas em 2024, com o ajuizamento de 213.832 processos, conforme dados da Coordenadoria de Estatística e Pesquisa do TRT-BA (Cestp).

https://digital.mflip.com.br/pg.jsp?pg=pg_4EC7001A20D449C68B9908AB866E4AFCCD23E79947054CD6D19B95F10DE312175614761BEDB8... 1/1